

Direitos trabalhistas e democracia ameaçados

Só o seu voto pode evitar um Brasil sem direitos para o trabalhador e com riscos para a democracia e o estado democrático de direito

No próximo domingo, dia 28 de outubro, o povo brasileiro vai às urnas decidir, pelo voto, o futuro do Brasil. Diante de uma eleição marcada por uma rede de notícias falsas disparadas através de empresas que financiam de forma ilegal, configurando caixa dois, a democracia brasileira está ameaçada pela legitimação do autoritarismo, da censura e da exclusão e violência contra as chamadas minorias. Privatização de todas as estatais, inclusive Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, também estão na pauta de um dos candidatos. Direitos trabalhistas fundamentais também estão ameaçados e só o voto democrático poderá impedir um Brasil em que gerar emprego signifique perder todos os direitos, com a criação de uma nova carteira de trabalho, sem as conquistas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como propostas de diluir a verba do 13º salário em 12 vezes e extinguir o adicional de férias. A Previdência Social também está por um triz: uma nova Reforma da Previdência poderá ser implementada ainda no governo Temer, dependendo do resultado do pleito. O banqueiro Paulo Guedes, economista da candidatura do PSL à presidência da República, defende uma



No projeto do candidato do PSL, está a proposta de gerar empregos sem direitos, criando uma nova carteira de trabalho que extingue os direitos da CLT. No mundo inteiro, a imprensa internacional alerta para o risco à democracia, caso vença a candidatura de extrema-direita

previdência baseada em capitalização privada. Nesta quarta-feira, 24, bancários da Caixa realizam, ao meio-dia, em frente ao prédio da Bar-

roso, um ato contra a privatização da empresa e de todas as estatais. Confira mais detalhes nas páginas 3 e 4.

FRUTOS DA LUTA

Itaú antecipa 13ª cesta-alimentação garantida pela Convenção Coletiva

Benefício será creditado nesta sexta-feira, dia 26 de outubro. Bradesco já pagou o cestão, em setembro

Os bancários do Itaú vão receber a 13ª cesta-alimentação na próxima sexta-feira, dia 26 de outubro. A antecipação do benefício foi feita após a pressão dos sindicatos. O Bradesco creditou o valor em setembro. Os bancos têm até o dia 30 de novembro para pagar o cestão da categoria. O valor é de R\$609,88, extensivo também, a bancária que se en-

contra em gozo da licença-maternidade na data da concessão. Já o funcionário que se encontra afastado por acidente de trabalho ou doença terá direito também, desde que, na data da sua concessão, esteja afastado do trabalho há menos de 180 dias.

“Estes direitos são fruto da luta da categoria na campanha salarial, graças a uma vitória impor-

tante que tivemos com a manutenção das garantias de nossa Convenção Coletiva de Trabalho por dois anos, mesmo diante de uma conjuntura política tão desfavorável e o risco de extinção de todos os direitos em função da nova legislação trabalhista aprovada pelo governo Temer”, afirma a presidenta do Sindicato do Rio, Adriana Nalesso.

NESTA QUINTA

Plenária de bancos públicos vai tirar dúvidas sobre o acordo coletivo

Nesta quinta-feira, dia 25, o Sindicato realizará a plenária de bancos públicos para tirar dúvidas dos bancários sobre o Acordo Coletivo de Trabalho. Na segunda-feira (22) foi a vez dos funcionários do setor privado (página 4). A atividade é às 18h, no Auditório dos Bancários (Av. Pres. Vargas, 502, 21º andar).

NOSSOS DIREITOS EM PERIGO

Ameaçado por projeto econômico do candidato do PSL, 13º injetará R\$ 211 bilhões na economia

Criado pelo presidente João Goulart em 1962, benefício é fundamental para compras de final de ano e quitação de dívidas e faz a economia girar. Dividir a verba em 12 vezes é estratégia para extinguir mais este direito



ANTIGO SONHO DA BURGUESIA - O jornal O Globo, representante dos interesses de empresários e banqueiros, fez campanha contra o 13º salário, desde a sua criação. Agora, o benefício corre o risco de extinção, diluído em 12 vezes. O vice de Bolsonaro, General Mourão, criticou o 13º salário e falou em mais extinção de direitos

Os empresários brasileiros nunca se conformaram com o 13º salário, uma conquista histórica dos trabalhadores instituída em 1962, pelo então presidente João Goulart, que acabou sendo derrubado por um golpe civil e militar, em 1964, com apoio deste mesmo empresariado.

Todo trabalhador sabe da importância que tem o 13º para a vida das famílias brasileiras. É com esta verba que, no final do ano, milhões de brasileiros vão às compras e muitas vezes, diante dos maiores juros do mundo cobrados pelos bancos, quitam dívidas no cartão de crédito ou no empréstimo pessoal. Por mais contraditório que possa parecer, o benefício não possui apenas uma importância particular para as famílias, mas é fundamental para a sobrevivência do comércio e também para quem produz, a indústria.

“Querer acabar com o 13º, dividindo o benefício em 12 vezes, como defende o vice de Bolsonaro, é um tiro no pé do setor produtivo e da economia. O empresariado brasileiro parece não entender que não há capitalismo e economia fortes sem o poder de consumo de massa”, explica o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti.

DIEESE: BOM PARA A ECONOMIA

Nos momentos de crise, como a vivida agora, é o 13º que faz girar a economia: o comerciante vende mais, as fábricas aumentam a produção, gerando emprego e renda. Este incremento vai gerar cerca de R\$211,2 bilhões na economia brasileira este ano, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor total cresceu 2,8% em relação a 2017. Considerada a inflação (INPC-IBGE) prevista para o ano, o instituto calcula queda de 1,3%.

A estimativa é do Dieese e foi divulgada na quinta-feira passada, dia 18 de outubro. O cálculo do Dieese abrange 48,7 milhões de trabalhadores com carteira (sendo 1,8 milhão de empregados domésticos) e 35,8 milhões de aposentados e pensionistas (34,8 milhões beneficiários do INSS), com média de R\$ 2.319,59.

Criado nos anos 1960, sob críticas empresariais e de parte da mídia, o benefício está na mira da campanha do candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro. Seu vice, general Hamilton Mourão (PRTB), já chamou o 13º de “jabuticaba”, por ser próprio do Brasil, e defendeu sua extinção.

MAIS UM GOLPE

Na avaliação do Sindicato, a proposta de extinguir mais direitos é mais um golpe contra o trabalhador.

“O movimento sindical alertou sobre o que estava por trás do golpe que levou Michel Temer ao poder, aprovando a Reforma Trabalhista, extinguindo direitos. Agora, está claro o motivo do financiamento ilegal de empresas à candidatura do PSL: os empresários querem acabar de vez com os direitos dos trabalhadores, inclusive 13º e adicional de férias e com a Previdência Social, com uma reforma baseada na capitalização privada”, acrescenta Matileti.

Em vídeo, Bolsonaro confirma o projeto, dizendo que, em seu suposto governo, caso vença as eleições, “o brasileiro terá de escolher entre ter emprego ou direitos”. Confira na internet, a afirmação do capitão, candidato à presidência. No vídeo ele diz claramente que concorda com a lógica do empresário brasileiro, de acabar com os direitos. (https://www.youtube.com/watch?v=8Sxu5Vt9_RA). A proposta é criar uma nova carteira de trabalho, verde e amarela, sem as conquistas da CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:**

Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

CAIXA Privatizar para quê?

Bancários realizam ato público nesta quarta-feira, 24

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e a Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF-RIO), convocam todos empregados da Caixa, ativos e aposentados à participarem de uma atividade nacional em defesa do banco e demais estatais, nesta quarta-feira, dia 24, ao meio-dia, em frente ao prédio da Almirante Barroso. A manifestação tem o caráter de questionar o projeto de privatização da instituição, que tem papel fundamental na economia e desenvolvimento social do país.

“Consideramos importante a presença de todos, uma vez que, os empregados irão debater, além do futuro de seus próprios empregos, itens de caráter social de uma instituição pública que atende toda popu-



lação brasileira, tais como: Bolsa família, PIS, Minha Casa Minha Vida, FIES, FGTS, dentre outros que justificam o porquê de não privatizar a Caixa.

Haddad assina termo de compromisso em defesa dos bancos e empresas públicas

O candidato do PT à presidência, Fernando Haddad, assinou no dia 7 de outubro, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo, termo de compromisso com o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. No documento, ele se compromete a “apoiar e defender o fortalecimento das empresas públicas em nome do interesse coletivo e da soberania nacional”. A posição de Haddad é o oposto do projeto privatista de Bolsonaro (PSL), que é o de vender todas as estatais.

“São dois projetos opostos que estão colocados para o país. Além da questão das privatizações e do respeito à soberania nacional é preciso ter em mente a defesa dos direitos humanos e da própria democracia que nos permite dialogar com diferentes atores e, inclusive, ir às urnas. Não podemos, de forma alguma, optar pelo retrocesso”, destaca a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e conselheira eleita pelos empregados para o Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano.

VENDE TUDO

Paulo Guedes, economista de Bolsonaro, fala em privatizar todas as estatais e dá até preços de venda

O banqueiro e economista Paulo Guedes, formulador do programa econômico do candidato do PSL, Jair Bolsonaro, em várias entrevistas, declarou que defende a privatização de todas as estatais brasileiras. Possível Ministro da Fazenda, caso o capitão da reserva seja eleito presidente, Guedes defende uma grande venda de patrimônio pelo governo para reduzir o tamanho da dívida pública. Em outras palavras, “privatizar tudo”, como ele disse em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo deste sábado, 25.

“O governo federal tem que economizar. Onde? Na dívida. Se privatizar tudo, você zera a dívida”, disse o fundador e ex-sócio do BTG Pactual.

Guedes defende que qualquer estatal é

O preço das estatais mais valiosas

• Petrobras	R\$261 bilhões
• Banco do Brasil	R\$83,5 bilhões
• BB Seguridade	R\$50,2 bilhões
• Eletrobras	R\$21,5 bilhões
• BR Distribuidora	R\$21,2 bilhões

Fonte: Paulo Guedes



privatizável. “Por que não pode vender os Correios? Por que não pode vender a Petrobras?”, declarou.

A declaração do candidato de que não privatizaria Banco do Brasil e Caixa entra em contradição com o programa de governo e as teses de seu economista e soa como

discurso eleitoral. Paulo Guedes não só confirma a venda de todas as estatais como já até deu preço para o mercado (confira abaixo no quadro) para os leilões, caso a chapa do militar vença o pleito.

“Está na cara que vão privatizar os bancos públicos, pois sem isso, eles não cumprem o programa de governo ultraliberal. Alertamos os bancários agora porque depois não vai adiantar reclamar o leite derramado. Eles vão vender as instituições públicas e nós sabemos que isto representa demissões em massa e o fim do papel social do BB e da Caixa”, avalia a diretora do Sindicato e representante da Comissão

de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, Rita Mota.

Apesar de não ter o valor definido de mercado pela lista apresentada em entrevista de Guedes à Globonews, a Caixa é considerada por especialistas de mercado como a estatal “mais privatizável”.

PLENÁRIA BANCOS PRIVADOS

Sindicato esclarece dúvidas sobre Acordo Coletivo

Categoria garante por dois anos, conquistas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho, mesmo diante de conjuntura política desfavorável



Maria Izabel, Adriana Nalesso e o advogado Márcio Cordero tiraram as dúvidas dos bancários do setor privado, sobre o acordo coletivo. Na quinta, 25, será a vez dos funcionários de bancos públicos

Bancárias e bancários participaram na segunda-feira, dia 22, de uma plenária para esclarecer as possíveis dúvidas da categoria sobre o Acordo Coletivo que foi aprovado em assembleia, no dia 29 de agosto, por ampla maioria.

O primeiro acordo negociado após a reforma Trabalhista e com pressão por parte dos banqueiros, garantiu os direitos fundamentais, em um momento que os trabalhadores estão sendo atacados.

Cláusulas como piso salarial, reajuste acima da inflação, tíquetes refeição e alimentação, 13º cesta alimentação, PLR, além das tão ameaçadas licenças maternidade e paternidade foram garantidas.

A presidenta do Sindicato Adriana Nalesso, a diretora Izabel Menezes, além do assessor Jurídico Márcio Cordero, responderam as questões levantadas pelos participantes.

Foi perguntado sobre a legiti-

midade de o Sindicato negociar a estabilidade dos cooperativados. Márcio Cordero explicou que o Sindicato não negociou qualquer estabilidade

“O Sindicato declarou, via negociação coletiva, que todos os cooperativados de atividades relacionadas à categoria bancária têm estabilidade e que qualquer outra atividade segue a lei”, explicou o advogado.

Adriana Nalesso, lembrou

ainda que os banqueiros, pela primeira vez, apresentaram na mesa de negociação uma pauta que eles queriam discutir.

“A gente negocia com os cinco maiores bancos do país. Eles não possuem apenas o poder econômico, mas também o poder político” afirmou Adriana.

Na próxima quinta-feira, dia 25, será a vez dos funcionários dos bancos públicos participarem da plenária.

Bradesco é um dos bancos que mais demite e nega emissão da CAT

O Bradesco continua a ser um dos bancos que mais fecha postos de trabalho no Brasil, mesmo com o lucro líquido de R\$ 10,263 bilhões, no 1º semestre de 2018, crescimento de 9,7%, em relação ao mesmo período de 2017. Além de demitir, o segundo maior banco privado do país se nega a abrir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para os empregados que foram diagnosticados como ‘inaptos’ ao trabalho pelo médico contratado pelo próprio

banco. Além de sofrer com a dispensa, sem a CAT, o trabalhador não pode ter acesso aos seus direitos juntos ao INSS.

“É mais uma covardia que o Bradesco faz contra os bancários, se negando a emitir a CAT, uma obrigação legal, até porque os funcionários adoecem em consequência da pressão, perseguição e assédio moral impostos pelo banco aos empregados”, afirma o diretor do Sindicato, Sérgio Menezes.



O Sindicato repudia a política de demissões e assédio moral no Bradesco e não descarta denunciar o banco ao Ministério Público do Trabalho